



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Sagrada Família

LEI MUNICIPAL Nº008/93

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTIUIR E DISCIPLINAR O IMPOSTO SOBRE VENDAS E VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS- IVVC- E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sagrada Família, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas' pelo artigo 79 ítem IV da lei orgânica vigente, que a camara municipal ' de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica instituído no Elenco Tributário municipal o imposto Sobre Vendas a varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos- IVVC-, exceto sobre o óleo diesel.

DA INCIDÊNCIA

Artigo 2º- O imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos- IVVC- incidirá quando da realização de operações de vendas a varejo desses produtos, por qualquer pessoa física ou jurídica ao consumidor.

DO CONTRIBUINTE

Artigo 3º- O contribuinte do imposto é a pessoa física ou jurídica que, no território do município de Sagrada Família, realizar operações de vendas a varejo e combustíveis líquidos e gasosos, com ou sem estabelecimento fixo.

Parágrafo Unico- São também contribuintes, para os fins do que estabelece o presente artigo, as sociedades civis sem fins econômicos e as cooperativas que realizarem operações de vendas a varejo.

DA BASE DE CÁLCULO

Artigo 4º- A base de cálculo do imposto é o preço de venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, fixado pelo governo federal, incluídas as despesas adicionais, transferidas ao consumidor pelo varejista.

Parágrafo Unico- O montante ou valor global das operações de vendas a varejo realizadas, qualquer que seja o período de



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Sagrada Família

DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO

Artigo 5º- As alíquotas do imposto incidente sobre as operações mencionadas no artigo 2º serão de:

- I- 3% (três por cento) sobre vendas de combustíveis líquidos;
- II- 0% (zero por cento) sobre vendas de combustíveis gasosos.

DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 6º- O imposto a que alude o artigo 1º, será fiscalizado privativamente pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Artigo 7º- Estão sujeitos à fiscalização os contribuintes e as pessoas físicas e jurídicas que interferirem em atos ou negócios jurídicos alcançados pelo imposto.

DO PRAZO DE RECOLHIMENTO

Artigo 8º- O imposto, lançado por homologação, será recolhido mensalmente até o dia 15 do mês seguinte ao mês da competência.

Parágrafo Unico- considera-se mês de competência aquele em que se realizar as operações de vendas.

DOS RESPONSÁVEIS

Artigo 9º- São responsáveis pelo recolhimento do imposto as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no artigo 3º.

Parágrafo Unico- Fica instituída a responsabilidade das distribuidoras e fornecedores, pelo pagamento do imposto e pelo fornecimento de informações e demais dados necessários à fiscalização.

Artigo 10º- A inscrição do contribuinte e dos responsáveis para operar as vendas que serve de base para o imposto é obrigatória, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo Unico- Para os contribuintes e dos responsáveis, que a data da promulgação da presente lei, estejam estabelecidos e em operação é concedido o prazo de 60 (seenta) dias para promoverem a sua inscrição, e os contribuintes e responsáveis que venham a se estabelecer, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para a sua regularização.

Artigo 11º- É obrigatória a emissão de nota fiscal nas operações de vendas a varejo, sujeitas à incidência do imposto instituído nesta lei, ressalvada a adoção de outras medidas de controle que ve



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de Sagrada Família

DAS PENALIDADES

Artigo 12º- As penalidades que incidirão sobre o imposto serão as seguintes:

- I- Multa de 10 (dez por cento) por mês, corrigida monetariamente, pelo pagamento do tributo fora de prazo;
- II- Multa de 150 (cento e cinquenta por cento) por omissão de vendas, ou negação de informação, sobre o montante do imposto apurado corrigido monetariamente.

Artigo 13º- No caso de parcelamento de Crédito Tributário serão cobrados juros de 1% (um por cento) por mês.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 14º- Os recursos obtidos com a arrecadação do presente tributo destinar-se-ão exclusivamente à conservação, manutenção e criação de estradas, ruas e afins do município de Sagrada Família.

Artigo 15º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 16º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo sua vigência a primeiro de janeiro de 1993.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, EM 01 DE FEVEREIRO DE 1993.


JUVENIL MAFALDA SANTOS

Prefeito

Registre-se e Publique-se


JOSE ALBORI DE LIMA

Sec. Mun. da Administração